

ATA DE REUNIÃO

Reunião Ordinária do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas

DATA	LOCAL	HORÁRIO
15 de julho de 2021	Google Meet - Videoconferência	11h
Participantes	<ul style="list-style-type: none">- Desembargadora Luciane Storel- Desembargadora Eleonora Bordini Coca- Desembargador Renan Ravel- Juíza Andréia de Oliveira- Juíza Márcia Cristina Sampaio Mendes- Juiz Marcelo Garcia Nunes- Lara de Paula Jorge- Carlos Eduardo Buzan Larica- Univer Cristiano Nogueira da Silva- Paula Toniatti- Iara Cristina Gomes- Merval Eliel Medeiros Braga- José Aristéia Pereira	

A Exma. Desembargadora Luciane Storel cumprimentou a todos e declarou abertos os trabalhos.

O Exmo. Juiz Marcelo Garcia Nunes, magistrado suplente da Exma. Juíza Márcia Cristina Sampaio Mendes, cumprimentou a todos e pediu licença para não participar da reunião, tendo em vista a participação da titular.

Em prosseguimento, passou-se à deliberação dos assuntos pautados.

1. Retrospecto das ações adotadas pelo Comitê

A Exma. Desembargadora Luciane Storel informou que foi compartilhado, para ciência de todos, um documento com a atualização do andamento dos processos administrativos encaminhados pelo Comitê.

ATA DE REUNIÃO

2. Ciência de Ata de Correição Ordinária realizada em 26/5/2021 na Vara do Trabalho de Botucatu

A Exma. Desembargadora Luciane Storel fez breves esclarecimentos sobre o conteúdo da ata de Correição Ordinária realizada na Vara do Trabalho de Botucatu, na qual consta uma determinação da Corregedoria Regional para ciência ao Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas e ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial, para deliberação e providências que entenderem cabíveis quanto ao incremento da força de trabalho frente à demanda apresentada pela unidade.

Na sequência, informou a Exma. Desembargadora Luciane Storel que nessas questões de criticidade quanto aos oficiais de justiça, o Comitê já formalizou um protocolo de procedimentos homologado pela Administração, com a recomendação, ainda, de que o mesmo protocolo pode ser utilizado para outras tarefas das Varas, desde que a unidade que solicitasse esse projeto de apoio estivesse em conformidade com os normativos da Corregedoria.

Paula Toniatti teceu alguns esclarecimentos sobre a situação da unidade e as providências já adotadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e pela Secretaria de Saúde em relação à situação da Oficial de Justiça mencionada na Ata de Correição.

Os demais integrantes do Comitê apresentaram suas considerações e, após deliberações, concluíram:

- que o protocolo desenvolvido pelo Comitê e homologado pela Administração, para o auxílio remoto aos oficiais de justiça, já está sendo seguido em relação à unidade, bem como que as diretrizes postas já são suficientes e não demandaria novas manifestações;
- pela necessidade de a Escola Judicial informar se os Oficiais de Justiça da unidade fizeram os cursos de capacitação pertinentes à função;
- sugerir a indicação, pelo gestor da unidade, de servidor para atuar como oficial de justiça “ad hoc” com capacitação nas ferramentas eletrônicas para auxílio ao oficial de justiça Wagner, em razão da situação referente à oficial de justiça Renata;
- que deverá ser observada a recomendação do Comitê de que o Oficial de Justiça usufrua o direito às férias, para o devido descanso anual;

ATA DE REUNIÃO

- que a designação de “ad hoc” observe a escala de férias dos Oficiais de justiça da unidade.

3. Visita virtual ao iJuspLab (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo), realizada em 24/6/2021

A Exma. Desembargadora Luciane Storel esclareceu que participaram da visita virtual ao Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo, em 24/6/2021, a Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca e os servidores Univer Cristiano Nogueira da Silva, Iara Cristina Gomes e Paula Toniatti. Em complemento, informou que o Exmo. Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes participou da exposição sobre o Sistema Exe15, realizada em 8/7/2021 pela Corregedoria Regional, ao iJuspLab.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel destacou a dificuldade no cumprimento do prazo fixado pela recente Resolução nº 395 do CNJ, que determina que os órgãos do Poder Judiciário instituem laboratórios de inovação no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da Resolução.

Os participantes da visita ao iJuspLab apresentaram suas impressões, considerações e ponderações sobre o Laboratório de Inovação, destacando fatores como estrutura e composição do Laboratório, horizontalidade e multidisciplinariedade, perfil dos integrantes, capacitação com utilização da metodologia “design thinking”, dificuldades para implementação em razão da cultura institucional e carência de servidores.

Em prosseguimento, a Exma. Desembargadora Luciane Storel destacou alguns projetos já desenvolvidos pelo Comitê de Gestão de Pessoas e pela Comissão de Assédio: protocolo dos oficiais de justiça, gabinete de apoio e banco de servidores de 2º Grau para auxílio remoto às Secretarias de Turmas.

A Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca lembrou que as pessoas do Laboratório do TRF passaram por um treinamento em iGov. Informou que no iJuspLab há uma estrutura fixa e outros volantes, com servidores convidados de determinadas áreas. Ressaltou um projeto bem interessante que o iJuspLab irá implementar, que será o de Secretaria Única para 3 Varas, pois diante da escassez de servidores, há necessidade de unir os setores para prestação do serviço.

Lara de Paula Jorge informou que participou da primeira visita ao Laboratório no início de 2020 e que a servidora que coordena é a Gisele Molinari Fessore, que é contuendista da Escola Judicial em diversos cursos, como do curso Gestão do Tempo. Esclareceu que ela é quem ministra o curso “design thinking” para o Laboratório. Sugeriu, ainda,

ATA DE REUNIÃO

como ponto de partida uma palestra para divulgar o que é Inovação, a fim de sensibilizar as pessoas a se interessarem pelo tema, ainda pouco conhecido.

A Exma. Desembargadora Luciane Storel sugeriu uma parceria com o TRF para que possa fazer uma capacitação inicial no TRT 15 e, em complemento, partir primordialmente de um normativo, de uma minuta para encaminhar o projeto para a Administração, inclusive convidando para uma exposição no TRF. Acrescentou a ideia de começar com projetos pequenos para que a expertise se aprofunde. Sugeriu como estrutura: componentes fixos com capacitação; coordenação conjunta de um Magistrado de 1ª e um de 2ª grau, que sejam entusiastas da ideia; componentes voluntários/eleitos que envolvam toda a instituição (servidores de VT, oficiais de justiça etc); pelos menos 2 convidados para integrarem por um período determinado (da OAB, de Universidades etc., a fim de envolver a sociedade civil). Acrescentou que, quanto ao modelo, não utilizar estrutura física, mas sim ter um formato virtual, que facilita a interação e a interlocução. Incluir na proposta de normativo que o projeto demandado deverá ter a participação de pelo menos um dos demandantes e que tratará das demandas de gestão de pessoas.

Assim, deliberou o Comitê:

- pesquisar os normativos dos seguintes Tribunais, visando elaboração de minuta de norma: TRT 9ª Região; TRT 12ª Região; Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- que a Sra. Assessora da Escola Judicial Lara de Paula Jorge apresentará informações sobre o curso iGov;
- propor parceria com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região para capacitação, com a participação da servidora do Laboratório de Inovação do TRF 3 Gisele Molinari Fessore;
- encaminhar um pedido ao Exmo. Diretor da Escola Judicial para que no 2º Semestre já possa ocorrer um curso, uma palestra sobre Laboratório de Inovação, para ser inserida no planejamento da Escola.

Ficaram pendentes de deliberação os seguintes assuntos:

- Movimentação de servidores;
- Carência de oficiais de justiça.

ATA DE REUNIÃO

A Exma. Desembargadora Luciane Storel agradeceu a disponibilidade e participação de todos e declarou encerrada a videoconferência.

Ficou agendada próxima reunião para o dia 19/8 (quinta-feira) às 11h.

APROVAÇÃO DA ATA	
Divulgada por e-mail em	29/7/2021
Considerada aprovada em	2/8/2021